

À ESPERA BENTO FERREIRA E UMA PARTE DA PRAIA DO CANTO TAMBÉM DEVERÃO SER RECONHECIDOS COMO ÁREA DO ESTADO

União livra 1,7 mil moradores do Centro da taxa de marinha

Parecer admite que Estado, e não mais a esfera federal, tem domínio sob Parque Moscoso

RITA BRIDI

rbridi@redgazeta.com.br

Os cerca de 1,7 mil moradores do Parque Moscoso, no Centro de Vitória, finalmente estão livres da cobrança da taxa de marinha. Depois de muita demora e discussão, a Advocacia Geral da União reconheceu que o Estado tem o domínio pleno da área. E, nessa condição, não cabe a cobrança do imposto.

O presidente da Associação dos Ocupantes e Foreiros do Espírito Santo, José Carlos Lyrio Rocha, disse que outros bairros de Vitória estão na mesma condição do Parque Moscoso. Bento Ferreira e uma parte da Praia do Canto, explicou, também deverão ser reconhecidos como de domínio pleno do Estado.

A União ainda não deu o parecer final, mas a expectativa é que os moradores dos dois bairros também fiquem livres da cobrança da taxa de marinha. A associação, frisou, continuará lutando para que mais essa parcela da população da Capital se livre do imposto.

Constituição. Segundo a procuradora-chefe de Patrimônio Imobiliário da Procuradoria-Geral do Estado, Ar-



DECISÃO. Constituição de 88 considerou a área do Parque Moscoso terreno de marinha. FOTO: GABRIEL LORDÉLLO

Pagamento está suspenso em Vitória

O pagamento da taxa de marinha este ano em Vitória está suspenso, como foi divulgado com exclusividade ontem em A GAZETA. A Secretaria de Patrimônio da União (SPU) decidiu adiar mais uma vez o vencimento da taxa, prevista para o próximo dia 31 de agosto, porque ainda não definiu a lista dos moradores que ficarão livres da taxa. Esses moradores, principalmente das ilhas do Boi, Frade, Príncipe e do interior de Vitória, não precisarão mais pagar taxa de marinha devido à Emenda Constitucional (EC) 46/05 que exclui dos bens da união as ilhas costeiras que contêm sede de município. Segundo a última estimativa da SPU, 568 imóveis de Vitória estariam serão beneficiados pela medida.

lette Viana, a área do Parque Moscoso já pertenceu antes ao Estado. Entretanto, com a Constituição de 1988, voltou a ser considerada terreno de

marinha.

O Estado, há muitos anos, lembra a procuradora, vinha defendendo junto à União que a situação anterior à Consti-

tuição federal de 1988 fosse retomada. A solicitação do Estado, entretanto, demorou em ser acatada pela União.

O Parque Moscoso, antigamente, denominado de Campinho do Moscoso, tem área de 120.420 metros quadrados. De acordo com dados de 2000, disponíveis o site da Prefeitura de Vitória, o bairro do Centro da Capital, tem 1.708 moradores.

No ano passado, representantes do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento e do Ministério das Cidades, estiveram em Vitória para discutir a questão com representantes do Governo estadual e da Prefeitura de Vitória.

Os bairros de Joana D'Arc,

Santa Marta, Mangue Seco, Andorinhas, Nova Palestina, Santo Antônio, Inhanguetá, Bela Vista e Jesus de Nazaré foram contemplados pelo Programa Nacional de Regularização Fundiária Sustentável, que prevê a isenção da taxa de marinha. Outros bairros da Capital tiveram o benefício da redução de até 90% da taxa.

A procuradora Arlette Viana lembrou que muitos moradores do Parque Moscoso, respaldados em decisões judiciais, já não pagavam a taxa. Mas a cobrança vinha sendo feita da maioria dos moradores. A Secretaria do Patrimônio da União (SPU) deverá, nos próximos dias, orientar os moradores a respeito do que deverão fazer.

SAIBA MAIS

■ **Benefício.** A isenção da taxa da marinha beneficia 2.849 famílias que moram nos bairros Joana D'Arc, Santa Marta, Mangue Seco, Andorinhas, Nova Palestina, Santo Antônio, Inhanguetá, Bela Vista e em Jesus de Nazaré, todos em Vitória.

■ **Programa.** Estes bairros foram contemplados pelo Programa Nacional de Regularização Fundiária Sustentável, que prevê a isenção da taxa, entre outros benefícios, como urbanização e saneamento básico.